

2012

Plano de Actividades

CR*e*SAP

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



INDICE

1. Introdução	3
2. Caracterização da Entidade.....	4
2.1 Enquadramento legal	4
2.2 Missão	4
2.3 Valores.....	5
2.4 Visão	5
2.5 Atribuições	6
2.6 Organigrama e Fluxos.....	7
3. Objetivos	9
3.1 Objectivos Estratégicos da CReSAP	9
3.2 Objectivos Operacionais da CReSAP	10
4. Recursos Humanos	19
5. Orçamento	24

1. Introdução

Pela primeira vez, em Portugal, com a publicação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o poder político assume atribuir a uma entidade independente a condução do processo concursal destinado à seleção da alta direção da Administração Pública. A esta missão acresceu a competência conferida à CReSAP, nos termos do Decreto-lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, para proceder à avaliação curricular não vinculativa sobre a adequação das competências das entidades propostas para o exercício de cargos de gestor público.

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Portuguesa (CReSAP) é, portanto um novo organismo e, simultaneamente, um organismo novo na história da Administração Pública Portuguesa. A criação de uma comissão e bolsa de peritos que atuam de forma independente no exercício das competências que lhes estão cometidas por lei e pelos estatutos, não podendo solicitar nem receber instruções do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, contribuirá certamente para a abertura de uma porta à modernização do Estado, inserindo Portugal no seio de um punhado de nações que lideram a introdução do mérito nas suas Administrações.

Uma democracia madura, como claramente já é a portuguesa, reúne sem dúvida condições políticas e sociais para caminhar no sentido da profissionalização da alta direção. Com a CReSAP, a alta direção da administração pública portuguesa passará a ser nomeada através de um sistema meritocrático, ou seja, um sistema em que as posições sociais, no interior da Administração e das empresas públicas, são preenchidas com base no mérito individual e não em virtude de critérios como a cor partidária, a religião, o género, a etnia, entre outros.

O presente documento tem como objetivo apresentar o planeamento das atividades da CReSAP ao longo de 2012, para o período que se inicia em Maio do mesmo ano. Trata-se antes de mais de criar efetivamente as condições, físicas e regulamentares, que permitirão o funcionamento da Comissão.

2. Caracterização da Entidade

2.1 Enquadramento legal

Criada pela lei nº 64/2011, de 11/12/2011, a CReSAP é uma entidade independente que funciona junto do membro do governo responsável pela área da Administração Pública. Em conformidade com os seus Estatutos, a CReSAP é composta pelo presidente, por três vogais permanentes e por onze vogais não permanentes e respetivos suplentes. A Comissão é ainda apoiada por 36 peritos, que participam nos júris de procedimentos concursais para os cargos de direção superior da Administração Pública.

O presidente da Comissão e os vogais permanentes são providos após audição pela Assembleia da República, por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, de entre pessoas de reconhecida competência, credibilidade e integridade profissional.

O mandato do presidente, Prof. João Bilhim, tem a duração de cinco anos. O mandato dos vogais permanentes - Prof^o José Luís Nascimento, Dr^a Maria Helena Dias Ferreira e Prof^a Margarida Proença – tem a duração de quatro anos. A tomada de posse foi a 16 de maio de 2012.

2.2 Missão

A CReSAP é uma entidade independente. Os membros da CReSAP, no exercício das suas competências, não podem solicitar nem receber instruções do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Assim, a missão é:

Recrutar e selecionar a direção superior da administração pública, com isenção, rigor e independência, promovendo o bom governo e a meritocracia.

A CReSAP toma parte ativa na elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direção superior; cria uma bolsa de talentos com o perfil adequado para titulares de cargos de direção superior; promove boas práticas e a adoção de princípios orientadores de conduta ética para a alta direção.

São incentivadas as boas práticas de gestão pública baseadas em 4E: eficiência, eficácia, equidade e ética.

2.3 Valores

A CReSAP atua de forma independente no exercício das suas competências e obedece aos princípios da isenção, do rigor, da equidade e da transparência na promoção do reconhecimento do mérito profissional, da credibilidade e do bom governo.

A CReSAP estabelece como eixos da sua intervenção os seguintes valores:

Mérito – identificar o mais competente entre os candidatos disponíveis: ninguém será indicado para um cargo sem reunir as necessárias competências e o cargo será atribuído ao candidato que o desempenhar melhor.

Equidade – selecionar com respeito integral dos princípios da Constituição e da Lei. Os processos de seleção procuram, de forma consistente, a objetividade e a imparcialidade.

Abertura – recrutar atraindo o maior número de candidatos disponíveis no mercado que satisfaçam as exigências do aviso de abertura

2.4 Visão

A CReSAP, num horizonte temporal de 5 anos, aspira a que os cargos de direção superior e de gestores públicos na Administração sejam preenchidos em função exclusivamente do mérito dos seus titulares; mérito que será traduzido através de resultados visíveis pelos cidadãos.

Esta aspiração inspira a CReSAP a identificar de entre os candidatos os mais aptos e qualificados para liderar a introdução de boas práticas de governo.

2.5 Atribuições

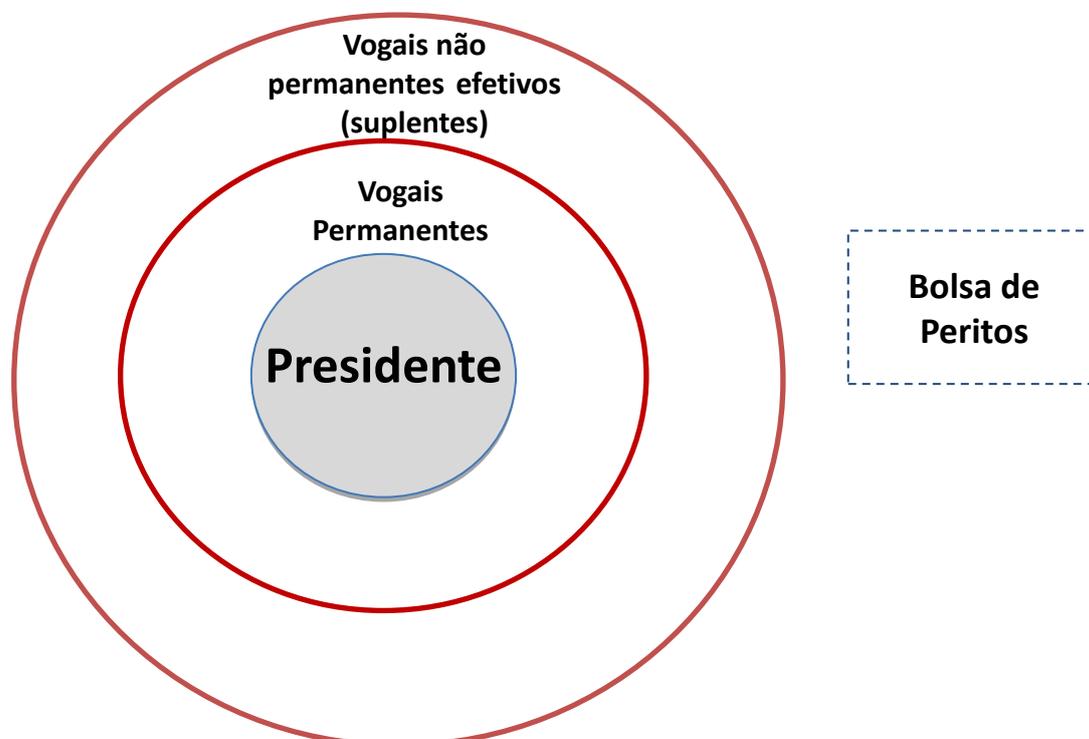
- ✓ Regularmentar os critérios aplicáveis na seleção de candidatos a cargos de direção superior na Administração Pública nomeadamente liderança; colaboração; motivação; orientação estratégica; orientação para resultados; orientação para o cidadão e serviço de interesse público; gestão da mudança e inovação; sensibilidade social; experiência profissional; formação académica; formação profissional e aptidão;
- ✓ Proceder, mediante iniciativa dos departamentos governamentais envolvidos, à abertura e desenvolvimento dos procedimentos de recrutamento para cargos de direção superior na Administração Pública, de acordo com os perfis genericamente definidos naquela iniciativa;
- ✓ Regularmentar os métodos de seleção a aplicar nos procedimentos concursais, garantindo sempre a realização de avaliação curricular e entrevista de avaliação, podendo ainda optar pela aplicação de outros métodos de seleção previstos para o estabelecimento de relações jurídicas de emprego público no regime de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- ✓ Apoiar a elaboração e o desenvolvimento da política global e sectorial com incidência nos quadros de direção superior da Administração Pública e participar na sua execução;
- ✓ Promover atividades de pesquisa e de informação relativamente a personalidades que apresentem perfil adequado para as funções de cargos de direção superior na Administração Pública;
- ✓ Promover as boas práticas de gestão e ética para titulares de cargos de direção superior na Administração Pública;
- ✓ Promover a aprovação e adoção de princípios orientadores para códigos de conduta destinados a titulares de cargos de direção superior na Administração Pública;
- ✓ Cooperar com organizações de âmbito internacional, comunitário e demais órgãos congéneres estrangeiros em matérias de recrutamento e seleção na Administração Pública e de boas práticas e códigos de conduta dos cargos de direção superior;
- ✓ Cooperar com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em matérias de recrutamento e seleção na Administração Pública e de boas práticas e códigos de conduta dos cargos de direção superior;
- ✓ Regularmentar os descritores dos critérios aplicáveis na avaliação das personalidades indigitadas para os cargos de gestor público, nomeadamente

liderança; colaboração; motivação; orientação estratégica; orientação para resultados; orientação para o cidadão e serviço de interesse público; gestão da mudança e inovação; sensibilidade social; experiência profissional; formação académica; formação profissional e aptidão;

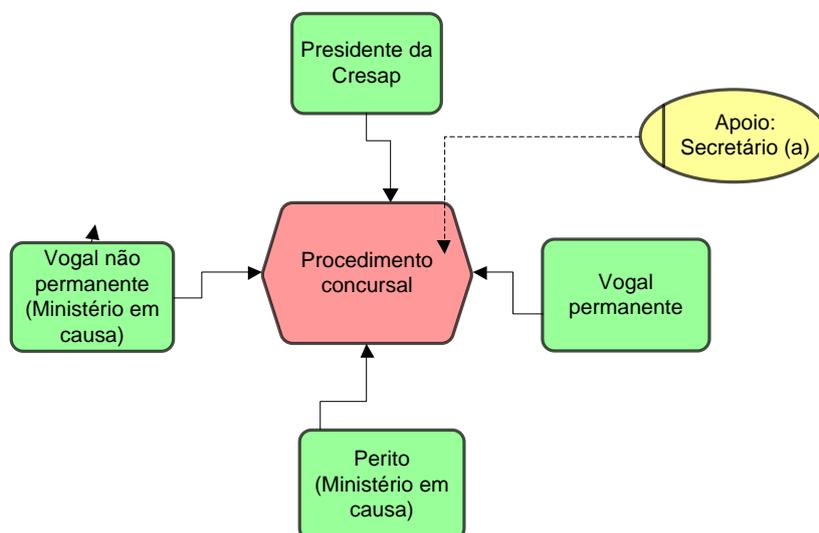
- ✓ Proceder à análise dos currículos e da adequação de competências ao cargo de gestor público das personalidades propostas;
- ✓ Acompanhar a definição dos critérios que determinam a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos e a sua aplicação;
- ✓ Auditar internamente, numa base regular e atentos os princípios referidos no artigo anterior, as práticas seguidas na análise dos currículos por forma a garantir o cumprimento dos critérios enunciados;

2.6 Organigrama e Fluxos

CReSAP

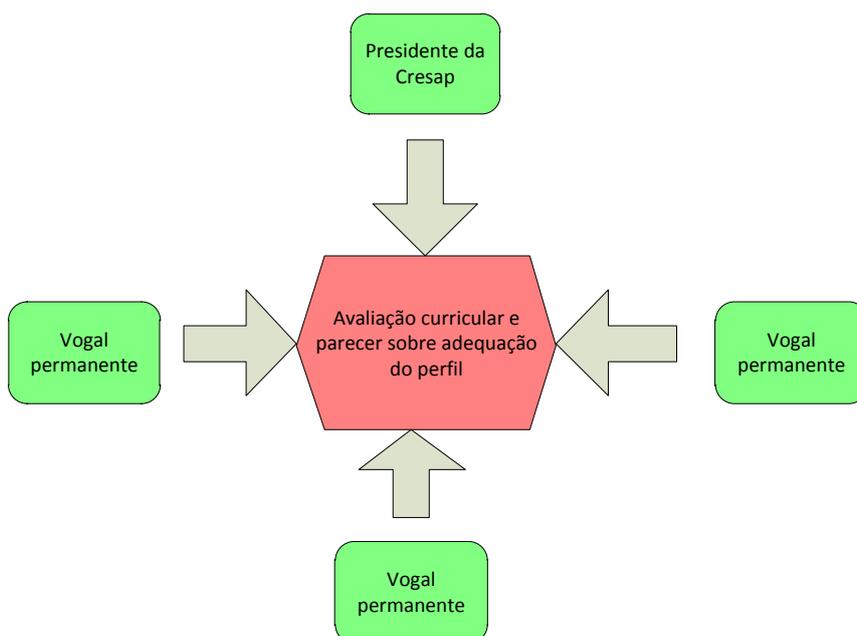


Procedimentos concursais: Júris



Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil ao cargo de Gestor Público:

Comissão Técnica Permanente



3. Objetivos

3.1 Objetivos Estratégicos da CReSAP

Dada a missão e a visão estratégica assumida pela CReSAP, os objetivos estratégicos da Comissão para o período 2012-2017 são os seguintes:

- a) Promover a **meritocracia** no interior da Administração e das entidades públicas empresariais, identificando e valorizando talentos;
- b) Contribuir para a **generalização** de práticas de transparência, abertura, isenção e rigor no recrutamento e seleção no interior da administração pública, promovendo a meritocracia e o bom governo;
- c) Consolidar uma **participação ativa** na elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direção superior;
- d) Consolidar o **acompanhamento** da definição de critérios determinantes da fixação dos vencimentos dos gestores públicos;
- e) Contribuir de forma clara para a **adoção de princípios orientadores de conduta ética**;
- f) Incentivar **boas práticas de gestão pública** baseadas em 4E: eficiência, eficácia, equidade e ética.

3.2 Objetivos Operacionais da CReSAP

Na sequência da publicação dos Estatutos da CReSAP em 22 de dezembro de 2011 (Lei nº64/2011) e do alargamento das suas competências em resultado do Decreto-Lei nº 8/2012, de 28 de janeiro, a designação dos membros permanentes da CReSAP foi aprovada em Conselho de Ministros de 29 de março de 2012. Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República, ouviu em audição os membros permanentes indigitados a 10 de abril de 2012, que vieram a tomar posse em 16 de maio.

Assim sendo, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública iniciou as suas funções em maio de 2012. Os objetivos operacionais que a seguir se apresentam assumem dois períodos: de maio a setembro, e desde então a dezembro, correspondendo genericamente ao terceiro e quarto trimestre (T3/T4).

Inclui-se ainda um diagrama de Gantt de forma a ilustrar, de uma forma mais detalhada, as diferentes etapas até final de 2012, bem como a previsão de execução temporal.

Quadro 1. Objetivos Operacionais

Objetivo	Indicadores/Produtos	Estratégias/Metodologias	Calendário	
			T3	T4
Instalação	Instalação física	Funcionamento nas instalações do ISCSP	X	
		Recurso aos serviços do ISCSP, nomeadamente informáticos e logísticos	X	
		Instalação definitiva		X
Plataforma eletrónica	Criação de endereços eletrónicos	Caráter informativo do sítio	X	
	Desenvolvimento do sítio	Candidaturas a procedimentos concursais a efetuar exclusivamente em suporte eletrónico	X	
Criação de imagem	Logos Templates	Análise de propostas e deliberação	X	

Base de dados	Base de dados	Criação de uma base de dados para os procedimentos concursais	X	
		Parametrização	X	
		Testes e acompanhamento		X
Constituição da CReSAP	Cumprimento aos nº1, alínea c) , e nº 5 do art. 5º dos Estatutos	Indicação dos vogais não permanentes, efetivos e suplentes pelos ministérios	X	
		Indicação da bolsa de peritos	X	
Regulamentação	Procedimentos concursais	Elaboração das propostas de regulamentos	X	
	Funcionamento interno			
	Avaliação curricular (cargo de gestor público)	Discussão e deliberação em reuniões plenárias dos membros da CReSAP	X	
		Divulgação no sítio da CReSAP	X	
Preparação dos procedimentos concursais	Questionário de autoavaliação curricular	Análise e discussão dos critérios	X	
	Descritores dos critérios aplicáveis na análise curricular (gestor público)	Análise e discussão de descritores	X	
		Discussão dos ponderadores da avaliação curricular	X	
	Provas de avaliação de competências	Consulta ao mercado, análise de propostas e escolha das provas a utilizar	X	
Sessões de trabalho: Formação interna	Plano de formação	Realização de ações de formação com apoio logístico do INA	X	
	Material de apoio, incluindo simulador de procedimento concursal		X	
Procedimentos concursais	Abertura de procedimentos concursais e respetiva designação de júris	Aplicação do Regulamento da Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública	X	X
	Cooptação de um perito por cada júri designado		X	X
	Análise das candidaturas (avaliação curricular, incluindo do questionário de autoavaliação)			X

	Entrevistas de avaliação		X	
	Identificação de três candidatos a apresentar ao membro do governo, por procedimento concursal			X
Avaliação curricular e Parecer sobre Adequação do perfil ao cargo de gestor público	Avaliação curricular pela Comissão Técnica Permanente, em resposta a solicitação do membro, ou membros, do governo	Aplicação do Regulamento da Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública	X	X
Garantir o equilíbrio orçamental	Registar e controlar a execução mensal da despesa	Verificação e controlo	X	X
	Verificar os concursos de aquisição de bens e serviços		X	X

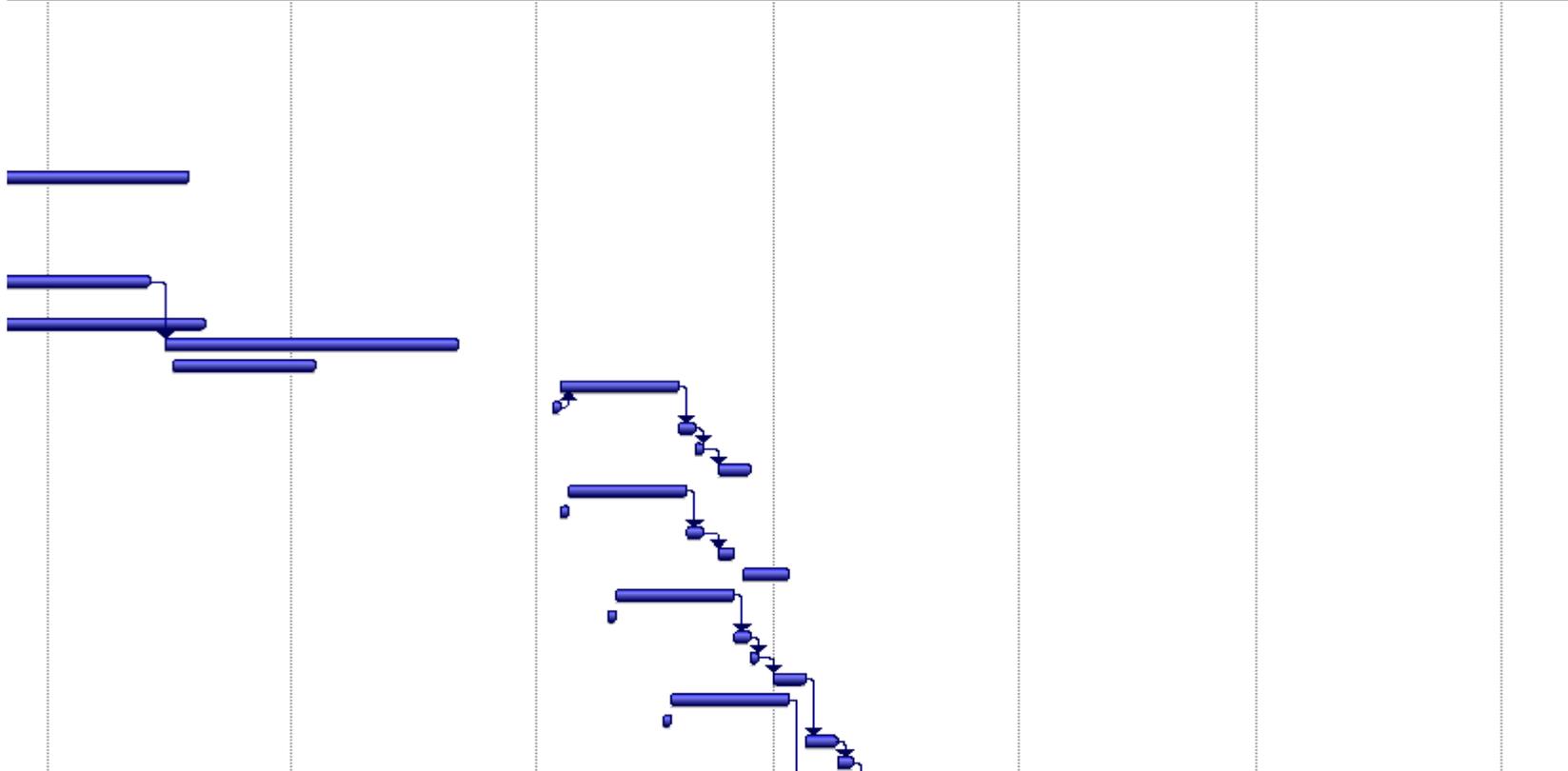
Figura 1. Diagramas de Gantt

Tarefas concluídas até Junho 2012

Id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término	% concl.
Abril 2012					
2	Designação dos membros permanente	1 dia	Seg 30-04-12	Seg 30-04-12	100%
Mai 2012					
4	Elaboração Reg. Procedimentos Conc	16 dias	Seg 14-05-12	Seg 04-06-12	100%
5	Designação dos vogais não permanen	10 dias	Seg 14-05-12	Sex 25-05-12	100%
3	Tomada de posse	1 dia	Qua 16-05-12	Qua 16-05-12	100%
10	Elaboração do Regulamento Interno	16 dias	Qui 17-05-12	Qui 07-06-12	100%
15	Indicação dos peritos	23 dias	Qui 17-05-12	Seg 18-06-12	100%
8	Desenvolvimento da plataforma eletrón	22 dias	Sex 18-05-12	Seg 18-06-12	100%
7	Elaboração Questionário Ava. Compet	12 dias	Sex 25-05-12	Seg 11-06-12	100%
12	Reg. Ava. Curric. Gestor Público	14 dias	Ter 29-05-12	Sex 15-06-12	100%
Junho 2012					
4	Elaboração Reg. Procedimentos Conc	16 dias	Seg 14-05-12	Seg 04-06-12	100%
10	Elaboração do Regulamento Interno	16 dias	Qui 17-05-12	Qui 07-06-12	100%
15	Indicação dos peritos	23 dias	Qui 17-05-12	Seg 18-06-12	100%
8	Desenvolvimento da plataforma eletrón	22 dias	Sex 18-05-12	Seg 18-06-12	100%
7	Elaboração Questionário Ava. Compet	12 dias	Sex 25-05-12	Seg 11-06-12	100%
12	Reg. Ava. Curric. Gestor Público	14 dias	Ter 29-05-12	Sex 15-06-12	100%
6	Aprovação Reg. Procedimentos Concu	1 dia	Seg 04-06-12	Seg 04-06-12	100%
11	Aprovação do Regulamento Interno	1 dia	Seg 11-06-12	Seg 11-06-12	100%
13	Aprovação Reg. Ava. Curric. Gestores	1 dia	Seg 18-06-12	Seg 18-06-12	100%

Id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término	01 Maio		01 Junho			
					16-04	30-04	14-05	28-05	11-06	
1										
2	✓ Designação dos membros permanentes	1 dia	Seg 30-04-12	Seg 30-04-12						
3	✓ Tomada de posse	1 dia	Qua 16-05-12	Qua 16-05-12						
4	✓ Elaboração Reg. Procedimentos Concursais	16 dias	Seg 14-05-12	Seg 04-06-12						
5	✓ Designação dos vogais não permanentes	10 dias	Seg 14-05-12	Sex 25-05-12						
6	✓ Aprovação Reg.Procedimentos Concursais	1 dia	Seg 04-06-12	Seg 04-06-12						
7	✓ Elaboração Questionário Ava. Competências	12 dias	Sex 25-05-12	Seg 11-06-12						
8	✓ Desenvolvimento da plataforma eletrónica	22 dias	Sex 18-05-12	Seg 18-06-12						
9	Desenvolvimento da base de dados	33 dias	Seg 04-06-12	Qua 18-07-12						
10	✓ Elaboração do Regulamento Interno	16 dias	Qui 17-05-12	Qui 07-06-12						
11	✓ Aprovação do Regulamento Interno	1 dia	Seg 11-06-12	Seg 11-06-12						
12	✓ Reg. Ava.Curric. Gestor Público	14 dias	Ter 29-05-12	Sex 15-06-12						
13	✓ Aprovação Reg. Ava. Curric. Gestores Públicos	1 dia	Seg 18-06-12	Seg 18-06-12						
14	Formação - Grupos 1,2 e 3	17 dias	Qui 21-06-12	Sex 13-07-12						
15	✓ Indicação dos peritos	23 dias	Qui 17-05-12	Seg 18-06-12						
16	Parametrização	20 dias	Seg 25-06-12	Sex 20-07-12						
17	Teste dos procedimentos	27 dias	Seg 16-07-12	Ter 21-08-12						
18	Preparação das aberturas dos procedimentos concursais	14 dias	Ter 17-07-12	Sex 03-08-12						
19	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Ter 04-09-12	Ter 18-09-12						
20	Designação dos júris	1 dia	Seg 03-09-12	Seg 03-09-12						
21	Verificação dos requisitos	2 dias	Qua 19-09-12	Qui 20-09-12						
22	Notificação	1 dia	Sex 21-09-12	Sex 21-09-12						
23	Entrevistas de avaliação	4 dias	Seg 24-09-12	Qui 27-09-12						
24	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Qua 05-09-12	Qua 19-09-12						
25	Designação dos júris	1 dia	Ter 04-09-12	Ter 04-09-12						
26	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 20-09-12	Sex 21-09-12						
27	Notificação	2 dias	Seg 24-09-12	Ter 25-09-12						
28	Entrevistas de avaliação	4 dias	Qui 27-09-12	Ter 02-10-12						
29	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Ter 11-09-12	Ter 25-09-12						
30	Designação dos júris	1 dia	Seg 10-09-12	Seg 10-09-12						
31	Verificação dos requisitos	2 dias	Qua 26-09-12	Qui 27-09-12						
32	Notificação	1 dia	Sex 28-09-12	Sex 28-09-12						
33	Entrevistas de avaliação	4 dias	Seg 01-10-12	Qui 04-10-12						
34	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Ter 18-09-12	Ter 02-10-12						
35	Designação dos júris	1 dia	Seg 17-09-12	Seg 17-09-12						
36	Verificação dos requisitos	2 dias	Sex 05-10-12	Seg 08-10-12						
37	Notificação	2 dias	Ter 09-10-12	Qua 10-10-12						

01 Junho			01 Agosto			01 Setembro		01 Outubro		01 Novembro		01 Dezembro		01 Janeiro
25-06	09-07	23-07	06-08	20-08	03-09	17-09	01-10	15-10	29-10	12-11	26-11	10-12	24-12	



Projeto: Projeto1
 Data: Dom 24-06-12

Tarefa		Etapa		Tarefas externas	
Divisão		Resumo		Etapa externa	
Andamento		Resumo do projeto		Data limite	

Id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término	01 Maio			01 Junho	
					16-04	30-04	14-05	28-05	11-06
38	Entrevistas de avaliação	4 dias	Qui 11-10-12	Ter 16-10-12					
39	Abertura de 6 procedimentos concursais	12 dias	Ter 25-09-12	Qui 10-10-12					
40	Designação dos júris	1 dia	Seg 24-09-12	Seg 24-09-12					
41	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 11-10-12	Sex 12-10-12					
42	Notificação	2 dias	Seg 15-10-12	Ter 16-10-12					
43	Entrevistas de avaliação	4 dias	Qui 17-10-12	Seg 22-10-12					
44	Abertura de 6 procedimentos concursais	12 dias	Ter 25-09-12	Qui 10-10-12					
45	Designação dos júris	1 dia	Seg 24-09-12	Seg 24-09-12					
46	Verificação dos requisitos	2 dias	Seg 29-10-12	Ter 30-10-12					
47	Notificação	2 dias	Qui 31-10-12	Qui 01-11-12					
48	Entrevistas de avaliação	4 dias	Sex 02-11-12	Qui 07-11-12					
49	Abertura de 4 procedimentos concursais	12 dias	Qui 03-10-12	Qui 18-10-12					
50	Designação dos júris	1 dia	Seg 01-10-12	Seg 01-10-12					
51	Verificação dos requisitos	2 dias	Sex 19-10-12	Seg 22-10-12					
52	Notificação	2 dias	Seg 22-10-12	Ter 23-10-12					
53	Entrevistas de avaliação	3 dias	Qui 24-10-12	Sex 26-10-12					
54	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Qui 10-10-12	Qui 24-10-12					
55	Designação dos júris	1 dia	Seg 08-10-12	Seg 08-10-12					
56	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 25-10-12	Sex 26-10-12					
57	Notificação	2 dias	Seg 29-10-12	Ter 30-10-12					
58	Entrevistas de avaliação	4 dias	Ter 06-11-12	Sex 09-11-12					
59	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Qui 17-10-12	Qui 31-10-12					
60	Designação dos júris	1 dia	Seg 15-10-12	Seg 15-10-12					
61	Verificação dos requisitos	2 dias	Sex 02-11-12	Seg 05-11-12					
62	Notificação	2 dias	Ter 06-11-12	Qui 07-11-12					
63	Entrevistas de avaliação	4 dias	Seg 12-11-12	Qui 15-11-12					
64	Abertura de 6 procedimentos concursais	12 dias	Ter 30-10-12	Qui 14-11-12					
65	Designação dos júris	1 dia?	Sex 26-10-12	Sex 26-10-12					
66	Verificação dos requisitos	2 dias	Ter 30-10-12	Qui 31-10-12					
67	Notificação	1 dia	Sex 02-11-12	Sex 02-11-12					
68	Entrevistas de avaliação	4 dias	Ter 20-11-12	Sex 23-11-12					
69	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Ter 06-11-12	Ter 20-11-12					
70	Designação dos júris	1 dia?	Seg 05-11-12	Seg 05-11-12					
71	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 22-11-12	Sex 23-11-12					
72	Notificação	2 dias	Seg 26-11-12	Ter 27-11-12					
73	Entrevistas de avaliação	4 dias	Seg 26-11-12	Qui 29-11-12					
74	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias?	Qui 14-11-12	Qui 28-11-12					

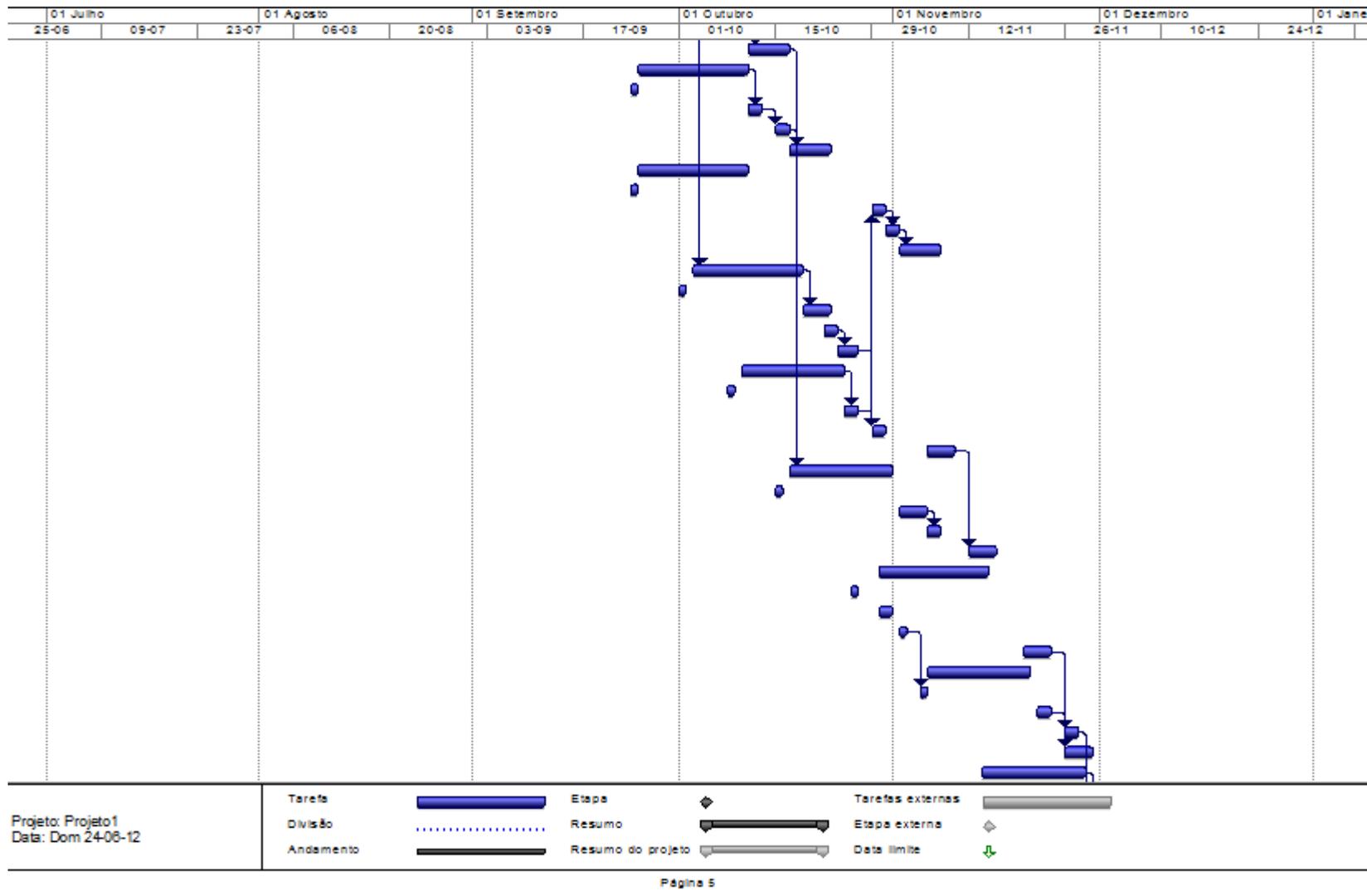
Projeto: Projeto1
Data: Dom 24-06-12

Tarefa Etapa Tarefas externas

Divisão Resumo Etapa externa

Andamento Resumo do projeto Data limite

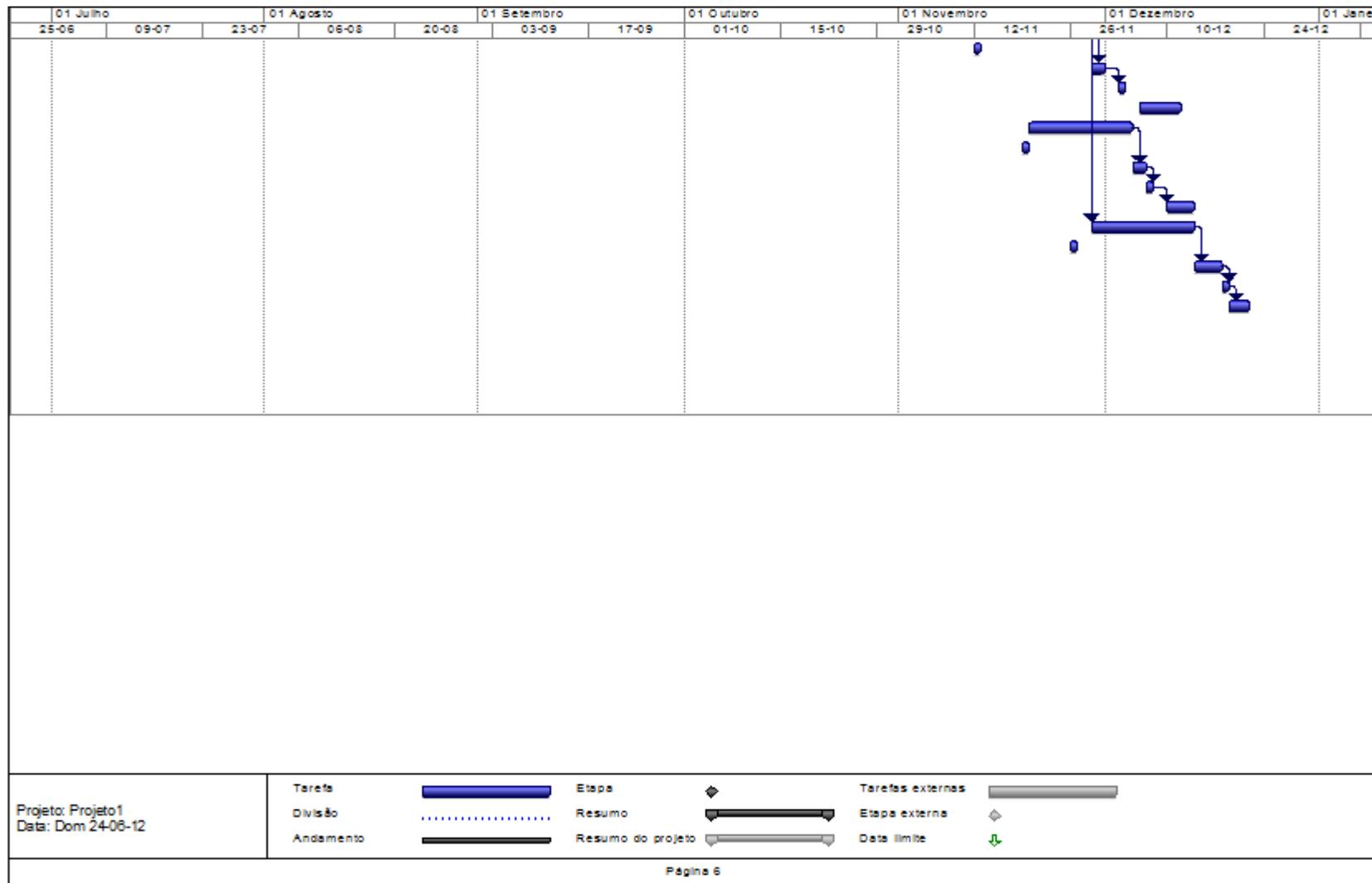
Página 2



id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término	01 Maio			01 Junho	
					16-04	30-04	14-05	28-05	11-06
75	Designação dos júris	1 dia	Seg 12-11-12	Seg 12-11-12					
76	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 29-11-12	Sex 30-11-12					
77	Notificação	1 dia	Seg 03-12-12	Seg 03-12-12					
78	Entrevistas de avaliação	4 dias	Qui 08-12-12	Ter 11-12-12					
79	Abertura de 6 procedimentos concursais	11 dias	Ter 20-11-12	Ter 04-12-12					
80	Designação dos júris	1 dia	Seg 19-11-12	Seg 19-11-12					
81	Verificação dos requisitos	2 dias	Qui 05-12-12	Qui 06-12-12					
82	Notificação	1 dia	Sex 07-12-12	Sex 07-12-12					
83	Entrevistas de avaliação	4 dias	Seg 10-12-12	Qui 13-12-12					
84	Abertura de 4 procedimentos concursais	11 dias	Qui 29-11-12	Qui 13-12-12					
85	Designação dos júris	1 dia	Seg 26-11-12	Seg 26-11-12					
86	Verificação dos requisitos	2 dias	Sex 14-12-12	Seg 17-12-12					
87	Notificação	1 dia	Ter 18-12-12	Ter 18-12-12					
88	Entrevistas de avaliação	3 dias	Qui 19-12-12	Sex 21-12-12					
89									
90									
91									
92									
93		0 dias	Qui 14-06-12	Qui 14-06-12					◆ 14-06

Projeto: Projeto1 Data: Dom 24-06-12	Tarefa		Etapa		Tarefas externas	
	Divisão		Resumo		Etapa externa	
	Andamento		Resumo do projeto		Data limite	

Página 3



4. Recursos Humanos

A CReSAP é composta pelo seu presidente, Professor João Bilhim, três vogais permanentes (Dr^a Helena Dias Ferreira e Professores José Luís Nascimento e Margarida Proença), e por 11 vogais não permanentes e respetivos suplentes.

Conta ainda com o apoio de uma assistente técnica e de um assistente operacional.

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos. Os quadros 2 e 3 apresentam os membros não permanentes, efetivos e suplentes, bem como os peritos, conforme Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Junho de 2012.

Quadro 2. Membros não permanentes, efetivos e suplente

Presidência do Conselho de Ministros	Vogal não permanente	José Maria Belo de Sousa Rego	Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
	Suplente do vogal não permanente	Maria de Fátima Abrantes Duarte	Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
Ministério das Finanças	Vogal não permanente	Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes	Secretária-Geral do Ministério das Finanças
	Suplente do vogal não permanente	Carolina Maria Gomes Ferra	Diretora-Geral da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Vogal não permanente	António Vasco da Cunha e Lorena Alves Machado	Secretário-Geral Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros
	Suplente do vogal não permanente	José Morujo	Chefe de divisão do Instituto Camões
Ministério da Defesa Nacional	Vogal não permanente	Gustavo André Esteves Alves Madeira	Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional
	Suplente do vogal não permanente	Alberto António Rodrigues Coelho	Diretor-Geral da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar Pessoal e Recrutamento Militar
Ministério da Administração Interna	Vogal não permanente	Carlos Manuel Silvério da Palma	Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Administração Interna
	Suplente do vogal	Olga Maria Macedo	Chefe do Núcleo de

	não permanente	Calixto Morais	Organização e Recursos Humanos da Autoridade Nacional de Proteção Civil
Ministério da Justiça	Vogal não permanente	Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes	Secretária-Geral do Ministério da Justiça
	Suplente do vogal não permanente	Cristina Lopes da Silva	Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Administração da Justiça
Ministério da Economia e do Emprego	Vogal não permanente	Octávio Félix de Oliveira	Presidente do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.
	Suplente do vogal não permanente	Maria Teresa da Piedade Moreira	Diretora-Geral da Direção-Geral do Consumidor
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Vogal não permanente	Rui Nuno Almeida Dias Fernandes	Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
	Suplente do vogal não permanente	Lisdália Maria Bairras Amaral Portas	Subinspetora-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Ministério da Saúde	Vogal não permanente	Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida	Secretária-Geral do Ministério da Saúde
	Suplente do vogal não permanente	Sandra Maria Pereira Rebelo do Carmo Parreira de Figueiredo Neto	Coordenadora da Unidade de Regimes de Trabalho e Exercício Profissional da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
Ministério da Educação e Ciência	Vogal não permanente	António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho	Secretário-Geral do Ministério da Educação e Ciência
	Suplente do vogal não permanente	Luísa da Conceição dos Santos de Canto e Castro de Loura	Diretora-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Vogal não permanente	Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello	Subdiretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento
	Suplente do vogal não permanente	Isabel Maria Costa Ramos	Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Quadro 3. Peritos

Presidência do Conselho de Ministros	João de Freitas Raposo	Consultor do Centro Jurídico (CEJUR)
	Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos	Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas
	Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano	Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional Estatística, I.P.
	Paula Cristina Ferreira Pinto	Chefe de Divisão de Gestão do Território, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Ministério das Finanças	Cristina Maria Augusto Ribeiro	Inspetora diretora da Inspeção-Geral de Finanças
	António José Mata Simões	Diretor de serviços da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
	Maria da Conceição Barradas Batista	Técnica superior da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
	Maria do Céu Gomes de Freitas	Técnica superior da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ana Sofia de Assis Pacheco da Silva Duarte	Chefe de divisão da Direção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
	Luísa de Jesus Curvelo Pacheco	Técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus
	Maria José Mesquita Lopes Carujo	Técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
Ministério da Defesa Nacional	Maria de Lurdes Almeida Frias	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

		Nacional
	Rita Luísa Correia Leitão Batista Ferreira	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
	Luís de Ascensão Correia Galego	Técnico superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
	Cristina Maria da Cunha Santos	Técnica superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Ministério da Administração Interna	Maria Elizabete Afoito Ramos Leal Lopes	Técnica superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
	Aldo Ivo Alves Ferreira	Técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
	António José Santos Carvalho	Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos do SEF
	Manuel João Alves	Diretor de Departamento de Recursos Humanos da PSP
Ministério da Justiça	Maria do Rosário Lagarto Pereira	Diretora de serviços de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça
	Emília da Glória Silva dos Santos	Coordenadora do Setor de Apoio Jurídico aos Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.
	Luís Cecílio Vidal Gonçalves	Jurista da Secretaria Geral do MJ
	Ana Silva Horta	Chefe de Divisão dos Recursos Humanos da DGPJ
Ministério da Economia e do Emprego	João Rodrigo Reis Carvalho Leão	Diretor do Gabinete de Estudos e Estratégia
	Pedro Miguel Sirgado Pisco Santos	Chefe do Departamento de Legislação e Regulamentação Jurídica do Gabinete Jurídico do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Eduardo Albano Duque Correia Diniz	Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas
	Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito	Diretor-Geral da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
	Maria Teresa Moniz de Almada Pereira Rafael Bessa	Diretora-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
	Maria José Correia Botelho Soares de Oliveira Lucena e Vale	Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Território

Ministério da Saúde	Paula Cristina Dias Pedro de Moura Nogueira	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde
	José Martins Coelho	Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde
	Pedro Emanuel Ventura Alexandre	Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.
	Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás	Adjunta do gabinete do Secretário de Estado da Saúde
Ministério da Educação e Ciência	Cláudia Fernandes Carvalho	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência
	Maria Isabel Duarte Esteves Nunes dos Santos	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência
	Maria de Lurdes Fradique Valente Francela	Técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência
	Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos	Subdiretora-Geral do Planeamento e Gestão Financeira
	Juan Pedro Mozzicafreddo	Professor catedrático do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
	António Jorge Pais Costa Pinto	Investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
	Albino Pedro Anjos Lopes	Professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
	Joaquim José Borges Gouveia	Professor catedrático da Universidade de Aveiro
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	Pedro Jorge de Almeida Ferreira	Chefe de divisão dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos do Gabinete de Estratégia e Planeamento
	Alice Maria Teixeira de Oliveira	Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Segurança Social, I.P.

5. Orçamento

Embora tendo em conta a necessidade de se proceder à instalação da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, o orçamento é rigoroso. O Quadro 4 apresenta o orçamento da CReSAP para 2012, por classificação económica.

Dado que a principal missão da CReSAP é o recrutamento dos dirigentes superiores da administração pública portuguesa, o que requer a harmonização de linguagem e procedimentos, o orçamento prevê ações de formação em métodos e técnicas de recrutamento e seleção abrangendo todos os vogais permanentes e não permanentes, bem como os membros da bolsa de peritos.

O orçamento inclui ainda o custo envolvido com o desenvolvimento da plataforma informática, uma vez que a apresentação das candidaturas é efetuada, exclusivamente, em suporte eletrónico.

Quadro 4. Orçamento, por classificação económica

2012

Classificação económica	Descrição	Dotação
D.01.01.03.00.00	Pessoal dos Quadros Regime de Função Pública	137.027,00 €
D.01.01.09.00.00	Pessoal em Qualquer Outra Situação	13.702,00 €
D.01.01.11.00.00	Representação	53.236,00 €
D.01.01.12.00.00	Suplementos e Prémios	1.280,00 €
D.01.01.13.00.00	Subsídio de Refeição	4.510,00 €
D.01.01.14.00.00	Subsídio de Férias e de Natal	931,00 €
D.01.02.04.00.00	Ajudas de Custo	1.000,00 €
D.01.02.14.00.00	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	303,00 €
D.01.03.01.A0.00	Contribuição Entidade Patronal para a ADSE	2.991,00 €
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	14.776,00 €
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	6.984,00 €
D.02.01.02.00.00	Combustíveis e lubrificantes	2.214,00 €
D.02.01.08.00.00	Material de escritório	1.667,00 €
D.02.01.21.00.00	Outros bens	2.090,00 €
D.02.02.06.00.00	Locação Material Transporte	5.900,00 €
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	2.496,00 €
D.02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	3.550,00 €
D.02.02.13.00.00	Deslocações e Estadas	2.400,00 €
D.02.02.14.B0.00	Outros	50.000,00 €
D.02.02.15.B0.00	Outras	54.000,00 €
D.02.02.20.A0.00	Serviços de Natureza Informática	24.969,00 €
D.07.01.07.A0.B0	Outros	2.500,00 €
D.07.01.08.A0.B0	Outros	77.696,00 €
F.Financiamento 111		466.222,00 €
Total		466.222,00 €